

IV PROJETER 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU - Universidade Presbiteriana Mackenzie
SÃO PAULO - BRASIL
Outubro 2009

Eixo 2: Intervenção

**Ética e cidade: Valores simbólicos e espaciais na formação e
atuação arquitetônica**

Anita R. Di Marco

Arquiteta FAU-USP 1976, Especialista em Preservação do Patrimônio Cultural pelo ICCROM/Unesco, Roma - 1982. Pesquisadora independente e Tradutora
Praça Napoleão Muniz Freire, 35 - 37026-040 - Varginha/ MG
Tel. (35)3222-1413 ardimarco@uol.com.br

RESUMO-Ética e cidade: Valores simbólicos e espaciais na formação e atuação arquitetônica

EIXO 2: INTERVENÇÃO

Numa condição contemporânea em que aparentemente todos os valores que são sólidos se desmancham no ar, como falar de ética em um curso de arquitetura e urbanismo, em se tratando não apenas de ética profissional, mas daquela que embebe a própria produção dos espaços físicos, em todas as escalas, do edifício à cidade? A formação do arquiteto é igualmente, a formação do cidadão e os debates de cidadania não são apenas de questões participativas e/ou reivindicatórias, mas igualmente de questões físicas concretas, resultado de escolhas que são também, em última instância, políticas—“*polis*”— a cidade por excelência, nascida da atuação de seus membros, cidadãos. Se cada traço não pode deixar de ser opção e desígnio, não necessariamente a compreensão de suas conseqüências é imediata e, muito menos, evidente. De alguma maneira, a avaliação das propostas de arquitetura e urbanismo – seja no ensino, seja na prática – deve passar em algum momento por um estágio de reflexão acerca da postura ética que comparece no partido adotado, embora nem sempre de maneira clara. Este trabalho tratará de alguns aspectos da questão da cidadania amplo senso e de sua aplicação no ensino e prática de arquitetura.

Palavras-chave: ética, desígnio, cidade.

ABSTRACT - Ethics and City: symbolic and spatial values within the architectural creation and acting

AXIS 2: INTERVENTION

In a contemporary condition such as the present one in which all the solid values seem to vanish in the air, how can anyone talk about ethics within an architecture and urbanism course, meaning not only professional ethics but also that one pervading every and each making of concrete space, in all and every scale, from the building to the city? The architect's training process is as well the education of the citizens; and the citizenship debates do not refer only to participative or demanding issues, but also, and most of all, they refer to concrete issues, the mere results from previous choices, which are also eventually – political ones - *polis* - the city par excellence, born from the acting of its dwellers, its citizens. If every trace cannot help being an option and design, not necessarily the understanding of its consequences is immediate and let alone evident. Somehow, the evaluation of the architecture and urbanism proposals – either in the formal education or within the daily practice – must – in some moment - go through a reflection stage about the ethical attitude shown in the adopted concept, though not always in a clear and limpid way. This paper will deal with some aspects of the citizenship issue and its application in the architecture training and practice.

Key-words: ethics, design, city.

RESUMEN- Ética y ciudad: valores simbólicos y espaciales en la formación e actuación arquitectónica

EJE 2: INTERVENTION

En una condición contemporánea en la que aparentemente todos los valores se desmanchan en el aire, como hablar de ética en una escuela de arquitectura y urbanismo no sólo en el contexto de la ética profesional, sino que en la producción de espacios físicos en todas las escalas de la construcción de la ciudad? La formación del arquitecto es también la formación de los ciudadanos y los debates de la ciudadanía no son solamente cuestiones de participación y/o reivindicación, sino también de cuestiones concretas, el resultado de opciones e deseos, políticos, en última instancia,- "*polis*" - la ciudad por excelencia, que nació de la actuación de sus miembros y ciudadanos. Si cada línea no puede dejar de ser una opción y un diseño, no necesariamente la comprensión de sus consecuencias es inmediata y mucho menos evidente. De alguna manera, la evaluación de las propuestas de la arquitectura y el urbanismo - sea en la educación o en la práctica - en algún momento debe pasar por una etapa de reflexión sobre la ética que se encuentra en el partido adoptado, aunque no siempre de modo tan claro. Este trabajo se ocupará de algunos aspectos de la cuestión de la ciudadanía en sentido amplio y de su aplicación en la enseñanza y la práctica de la arquitectura.

Palabras-llave: ética, diseño, ciudad.

Ética e cidade: valores simbólicos e espaciais na formação e atuação arquitetônica

Educação significa provocar mudanças na mente, não na dos outros, mas na própria mente. Para que se preocupar em mudar os outros? Mude a si mesmo. Queremos mudar todo mundo, menos a nós mesmos.
J. Krishnamurti

Reflexão e ação são inseparáveis. Conforme destacado nos objetivos do IV Projetar, a reflexão continuada é a meta até culminar em ação correta, uma vez que uma é produto da outra. A ação correta deve ser fruto de observação, estudo, análise e reflexão. Nada está definido a priori. Assim, ação e reflexão estão intrinsecamente unidas: uma não existe sem a outra; ambas mutuamente se complementam, apóiam e alimentam. O profissional é o que é, fala o que é, mostra o que é a partir de suas ações e suas obras, em qualquer ambiente: profissional, pessoal ou institucional. Seu olhar vai ser o mesmo, onde quer que se encontre, porque suas referências vêm de dentro, do saber acumulado, da reflexão (ou falta dela) do desígnio e da vontade.

Assim, a renovação da profissão do arquiteto-urbanista e a integração de seus vários aspectos e dimensões, também objetivos deste evento, só serão alcançadas quando cumpridos os requisitos de um bom projeto ou ação, em qualquer campo: ser pensado, esboçado, desenhado e criado através de um olhar ético, a partir do olhar do outro, de reflexão embasada sobre sólidos conhecimentos, mas também sobre o bem comum. O projeto, portanto – e, muito antes, seu ensino – como produto final e imediatamente anterior à criação do edifício ou do espaço urbano na cidade, passa pelo despertamento do sentido ético do aluno dos cursos de arquitetura e urbanismo, para o cidadão e a cidade, no mais amplo sentido do termo. Passa também pela descoberta da noção de pertencimento, em um caminho que é pontual e abrangente a um só tempo, que vai do pequeno para o grande, da casa ao bairro, deste à cidade e ao país. Só quando elaborado de forma comprometida com a ética, quando delineado com o escopo de uma ação justa para o bem comum, em benefício de uma comunidade mais ampla, é que o projeto passará a ser, conforme edital do IV Projetar, de fato "*o coração da arquitetura & urbanismo*", porque baseado em uma sólida reflexão e atitude ética, que é também prática, desígnio e pesquisa.

Por conseguinte, a partir dessa percepção e sua prática cotidiana, planejadores, urbanistas, arquitetos, paisagistas, designers e os demais profissionais vinculados à criação do espaço urbano e cotidiano poderão ensinar, ponderar, discutir, planejar, refletir e decidir criar uma cidade real, agradável, tranqüila, solidária e justa. Uma vez que a ética perpassa todos os campos profissionais e pessoais e todos os níveis e graus da educação, verifica-se a importância da reflexão, confrontada com os mais profundos

valores humanos e repetida e reiterada a cada esboço, a cada traço, a cada projeto; uma reflexão e aplicação da própria reflexão, do amadurecimento e disseminação dessa ética em todos os níveis de ensino e de pesquisa, do calouro ao livre docente. A técnica vem sempre depois da ética. Afinal, "o destino e a história do mundo se fazem através da produção do espaço geográfico" (Santos, 1996) e este só se concebe justo, se visto sob o prisma da ética.

Não se pretende negar ou subestimar as questões técnicas e de ensino, de inserção correta no espaço urbano, de harmonia e estética, todas elas fundamentais para o exercício da prática profissional. Isso também cabe ao ensino e à pesquisa. É certo que um bom projeto sabe ler a partir dos artefatos, produtos, construções e espaços do passado novos caminhos, e usos para o presente; recupera memórias e identifica grupos, aumenta e refina a qualidade do espaço público, desenvolve bairros e cidades, sugere e estimula a realização de pequenos hábitos; e em cada uma dessas ações desperta a atenção para o problema maior da cidade e de seus espaços. O projeto pode ou não permitir o surgimento de espaços, formas, locais que favoreçam a convivência, o encontro, a espacialidade, funcionalidade, beleza, a tolerância, a não-segregação, a solidariedade, o cuidado. O projeto/pesquisa/desígnio/desejo/prática, que leva à concretização da ação e se transmuta em obra concreta, também atua no espaço urbano, conferindo-lhe dignidade, outorgando-lhe qualidade, emprestando-lhe sensações de acolhimento, de pertencimento, ou não. Qualifica o espaço para o bem ou para o mal e é fruto de uma decisão consciente que passa pelo campo da ética, já que o projeto lida sempre com o homem, como usuário maior, e assim não pode se furtar ao desígnio de dedicar-lhe seu pensamento e sua ação ética na busca do bem comum do cidadão e da cidade.

"Sem arquitetura de alto padrão de qualidade não há aproveitamento orientado, não há atividade protegida, não há conteúdo. O outro lado dessa mesma moeda é o uso: um bom e adequado uso é fundamental para essa renovação, e isto sempre será mais provável quando uma boa dose de arquitetura o vivifique e avalize". (Di Marco e Zein, 2007, p.68).

Todo projeto, por mais atual, premiado ou inovador que seja não pode, portanto, pretender-se dissociado da ética. Seja em um ambiente antigo ou moderno, na recuperação de bens históricos, no preenchimento de vazios urbanos, na remodelação de áreas públicas e bairros degradados ou na criação de novos empreendimentos e bairros, a questão é uma só: a ética aplicada ao traço, ao projeto, ao intento e ao desígnio. Esse modo de pensar surge do ato de ver e perceber o outro, o usuário, o morador, enfim de se colocar no lugar do outro. Qualquer que seja o objeto de ação do profissional, seu olhar, seu pensamento, seu discurso, seus desígnios e traços traduzirão desejos e pensamentos profundos, sua ética enfim, porque o projeto é apenas a parte final de um

longo processo, que começa na reflexão ética do próprio ato de aprender, ou de ensinar, a depender de quem está de que lado da linha. Qualquer traço, desígnio ou ação afeta a cidade.

Palco universal das relações humanas e das trocas, a cidade surgiu a partir da aldeia, como resposta à necessidade de união, proteção e solidariedade para ser o centro de convívio dos homens em busca da felicidade e de seu desenvolvimento pleno. Sócrates, Platão e Aristóteles, na Grécia antiga, priorizavam na *polis* o papel de foco de convivência harmoniosa dos cidadãos, de exercício da cidadania ativa para privilegiar o desenvolvimento integral e a busca da felicidade do homem.

Hoje, contudo, a cidade está longe de se mostrar como o cenário ideal para a conquista do bem-estar e da felicidade do homem. As incontáveis situações de falta de ética nas relações humanas *na (e em relação à)* cidade mostram o esquecimento do propósito inicial da *polis* grega e da ética. O espaço urbano sem qualidade, o precário ambiente construído, a falta de reflexão ética por parte dos cidadãos em suas ações e as forças de desagregação atuais influenciam a fluidez, a segurança e a qualidade das relações e dos espaços urbanos contemporâneos, gerando violência sob as mais diversas formas e matizes.

Quiçá como nunca antes, o corpo social mostra-se perdido, a ética como norteadora do bem agir parece ter-se evaporado, a capacidade de reflexão aponta ao desaparecimento e a responsabilidade por pensamentos e intenções, palavras e atos, projetos e traços parece nunca ter existido. Em todas as classes sociais, setores de serviço e âmbitos de atuação dos homens, percebe-se a ausência de comprometimento ético dos homens públicos, políticos, profissionais e indivíduos em geral nas mais pequenas situações, seja em relação ao cidadão, ao usuário de seus espaços, seja em relação à própria cidade, palco privilegiado do abrigo, do encontro, das trocas e da convivência humana. Cidade que é a casa maior do indivíduo, formada coletivamente a partir da somatória de ações individuais, organismo vivo que se modifica e se transforma a partir de cada gesto, traço e ato, para melhor ou para pior. É concepção/projeto e escolha/desígnio, a um só tempo individual e coletiva e, em última instância, parâmetro e retrato de uma sociedade e das formas de relação entre seus cidadãos e o meio ambiente que, por sua vez, representa a origem, o retrato e o refúgio final do homem.

O professor, geógrafo-filósofo, Milton Santos, em sua permanente atividade em defesa da cidadania e da ética, defendia que nas cidades contemporâneas dos séculos XX e XXI, o mundo parece existir sob o signo da velocidade (SANTOS, 2001), esquecido das relações realmente humanas, dando espaço às ações de violência, corrupção, descaso, interesse próprio, jeitinho, propina, abuso de poder entre outros males passaram a freqüentar o cotidiano de nossas cidades de forma continuada e chocante; apesar da lógica vigente, no entanto, sempre defendeu outro tipo de globalização para a criação de

um mundo mais humano. Em um mundo, onde a maior parte das aglomerações humanas é urbana, é evidente a necessidade da busca de condições para melhor qualidade de vida. Contudo, essas condições estão longe de se caracterizarem apenas como ações técnicas: falta nelas uma boa dose de ética. A questão ética, portanto, perpassa todos os planos, concepções, projetos, ações, atuações e espaços criados pelos profissionais, em especial daqueles ligados mais diretamente à criação da cidade e do espaço urbano, porque interferem na vida de milhões de pessoas.

Desde a década de 60, o Brasil tem visto o surgimento de inúmeros movimentos e iniciativas, públicas e privadas, buscando ações para disciplinar e aprimorar a ocupação do espaço urbano. Da proposta da Reforma Urbana dos anos 1960, exigindo a criação de mecanismos contra a especulação imobiliária, passando pela Constituição Brasileira, de 1988 e a obrigatoriedade dos chamados Planos Diretores para orientar o desenvolvimento de cidades com mais de 20 mil habitantes, pela Eco-92 onde o meio ambiente foi de fato inserido no discurso urbanístico, até a aprovação do Instituto da Cidade e ainda outros instrumentos, grande parte deles objetivava: 1) o direito à cidade e à cidadania, através de amplo acesso a equipamentos e serviços urbanos); 2) destacar a Função Social da Cidade e da Propriedade, com a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, garantindo um uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano; e 3) a população intervindo nos destinos da cidade, via conselhos, discussões e participação nas decisões – como era feito nas cidades-estado (*polis*) da Grécia antiga.

Mais tarde, já nas décadas de 1980 e 1990, vários programas buscaram formas de incentivar atitudes e ações cidadãs com relação às cidades, sob a forma de prêmios, concursos, redações, fotografias para as melhores idéias e sugestões que concretizassem essa prática de urbanidade cidadã. Todavia, a despeito de sua intenção positiva, tais planos funcionavam apenas localmente e por pouco tempo, logo caindo no esquecimento. Por quê? Talvez, porque o cidadão não estivesse pronto para assumir nas mãos as rédeas dos destinos de suas cidades, melhor dizendo, de seu próprio destino. Ou então, simplesmente porque aqueles programas tenham começado pelo final. Embora corretas e até eficientes, sob alguns pontos de vista, tais iniciativas tornam-se inócuas, em longo prazo, por tentarem modificar uma forma de comportamento humano de fora para dentro. Para surtir efeito no cidadão - filho da *polis* -, a ação deve fazer o caminho inverso, de dentro para fora, por aquisição de consciência, determinação, iniciativa e escolha. É aí que entra a questão da ética.

Vinculada não apenas ao campo filosófico, ética implica uma reflexão e uma transformação, uma escolha e decisão de assumir responsabilidades e a conseqüência das próprias e cotidianas ações: da casa aos parques públicos, dos bancos escolares aos centros de pesquisa, dos escritórios à universidade, dos consultórios médicos aos

laboratórios, das feiras-livres aos templos religiosos. Mais do que em qualquer outra época, apesar de agir em sua comunidade, o cidadão deve saber que sua ação tem influência global. Ele agora é 'cidadão do mundo', com todas as implicações e responsabilidades da expressão. Logo, a cidade será o grande espaço coletivo imediato beneficiado pela prática, atitudes e traços éticos cotidianos de seus habitantes. Tais traços e atos serão, naturalmente, cuidadosos, gentis, solidários, justos e amorosos, traduzindo o cuidado (BOFF, 1999) com o outro, com o próximo, com a rua, com o edifício, com o espaço público, com a cidade e com o meio ambiente. O comportamento ético virá naturalmente, como consequência de um treino permanente de atitudes e não como atividade extraordinária, a ser aplaudida e apontada como exceção. Tudo começa pelo homem – seja criança, aluno, professor, cientista, mestre, profissional - através de uma percepção corajosa de si mesmo, em um processo persistente de autoconhecimento, seguido de uma constatação verdadeira e honesta de seus desígnios e desejos, decisão refletida e assumida, e mudança efetiva de comportamento para traçar o risco final. Afinal, como bem disse Gandhi "devemos ser a mudança que queremos ver no mundo". (GANDHI, 1971).

No Ocidente, a reflexão ética surge na Grécia antiga, principalmente com Sócrates, Platão e Aristóteles, tempos depois do nascimento da filosofia que, segundo CHAUI, surgiu com Tales, da cidade de Mileto, então colônia grega da Ásia Menor, no século VII antes de Cristo. (CHAUI, 1995, p. 25). Por sua vez, filosofia e política estão relacionadas, pois foi o surgimento da *polis* – cidade-estado dos gregos - e da política que permitiu o desenvolvimento da filosofia, já que a ética insere-se como um dos campos da reflexão filosófica. Ética deriva do termo grego *ethos*, com dois significados: morada, habitat, costume (mores em latim, daí moral) e também índole, natural, caráter (CHAUI, p.340).

Polis, Urbs e Civitas

Os termos ***polis, urbs e civitas*** carregam noções importantes para o debate da ética. *Polis* era a cidade-estado da Grécia antiga, caracterizada por um senso de comunidade, dando origem aos termos política e político. **Política**, do grego *politikê* refere-se aos negócios do Estado; à administração pública', à *Arte de bem governar os povos*. **Político** era aquele que geria a cidade, em busca do bem comum. Em Roma, **Urbs** é o termo latino, que designa a *polis* grega; significa a cidade, por oposição a campo: o arcabouço espacial, os prédios, as ruas, o traçado urbano. Desse termo derivam urbano, urbanidade e urbanização entre outros, que carregam em seu bojo o conceito de convívio, civilidade e polidez. **Civitas**, outro termo latino, refere-se aos habitantes em suas relações em Roma, do qual derivam: **Civitate** (civilidade), ou conjunto de formalidades e relações observadas entre si pelos cidadãos em sinal de

respeito mútuo e consideração; além dos derivados cívico, civilizado, civilizar, todos com conotação de consideração, respeito, boa educação, polidez, urbanidade, cortesia.

Para Sócrates, a *polis* era a comunidade mais elevada, porque só lá o homem poderia almejar o soberano bem, por isso, Platão defende a educação do indivíduo para amar e desejar o bom e verdadeiro: a justiça não poderia ser compreendida a menos que viesse junto com a idéia do Bem, princípio supremo de ordem e verdade. Na busca de um comportamento sábio e ético, Platão define o mundo concreto percebido pelos sentidos como pálida reprodução do mundo das Idéias; assim, a vida ética seria tão mais elevada, quanto mais próxima do mundo das idéias superiores, do bem e da justiça. Em seu livro *A República*, ao analisar o funcionamento da *polis* e a cidadania, afirma que "a harmonia se consegue através da virtude" e que "a educação deve possibilitar ao corpo e à alma toda a perfeição e a beleza que podem ter". (ARANHA e MARTINS, 1992, p.120). Para Aristóteles, o objetivo de toda atividade do homem seria a conquista de um bem, sendo o maior deles a **felicidade**. Além disso, só a sabedoria, a coragem e a moderação de todos os cidadãos - governantes e população - idealmente produziriam uma sociedade justa e feliz. Assim, se a ética se ocupa da felicidade individual do homem, a política se ocupa com a felicidade coletiva da *polis*.

Para Aristóteles, como para todo grego da época clássica, a política é superior à ética, pois a verdadeira liberdade, sem a qual não pode haver vida virtuosa, só é conseguida na *polis*. Por isso, a finalidade da política é a vida justa, a vida boa e bela, a vida livre. (CHAUÍ, 1995, p.42).

O conceito de *polis*, portanto, trazia em seu germe a participação ativa dos cidadãos nos destinos da cidade, com um só objetivo: o bem comum. Para Aristóteles, a *polis* representava a mais elevada forma de comunidade, porque só lá o homem poderia almejar o soberano bem, o que se vinculava à idéia de exercer a cidadania na *polis*. "A cidade como organismo físico é a imagem do corpo social" afirmava Aristóteles (BENÉVOLO, 1976, p.113) e Lilian do Valle reforça essa analogia aristotélica, ao vincular educação e cidadania, na visão dos atenienses sobre sua cidade:

... A *polis* vale o que valem seus cidadãos. (frase que bem define o espírito cívico que anima a democracia), da virtude de cada um depende a própria cidade. A partir daí, política e educação estão confundidas: escrevendo as leis, o conjunto dos cidadãos realiza uma obra educacional; mas, educando, o sofista perfaz a virtude dos cidadãos, exercitando-os nas habilidades de que a *polis* mais prescinde. Os atenienses vão, inclusive, mais longe: a bem da verdade, o grande educador é, antes de tudo, a própria *polis*, a comunidade dos cidadãos que a todos ensina a virtude, ao encarná-la cotidianamente, tornando-a um hábito. A virtude é, pois, práxis comum que não pode ser ensinada com palavras, mas que se aprende através do modelo e da repetição. Nisso consistem os ensinamentos de Protágoras, cujas teses, expostas por Platão, são comumente consideradas como exemplo da "primeira teoria coerente de inculcação de valores próprios a uma comunidade, por meio de uma prática. (VALLE: 2001)

Aristóteles, portanto, compreende o indivíduo como um ser político que deve construir-se através de uma *práxis (prática)* ético-política no interior da comunidade política, o que implica uma definição de cidadão como indivíduo que participa da esfera pública de forma ativa. Cidadania, portanto, é ação humana e conquista do indivíduo através da participação responsável nos assuntos públicos de sua comunidade, o que ocorria nas praças do mercado, nas assembléias e, sobretudo, nas ágoras, espaço da reunião e da discussão, espaço que representava o espírito público da coletividade da população e onde a cidadania era aprendida na sua própria prática e exercício. Assim, a cidade seria mais ou menos virtuosa de acordo com a virtude dos cidadãos.

A cidade é virtuosa, não por obra do acaso, mas da ciência e da vontade. No entanto, uma república só pode ser virtuosa quando os próprios cidadãos que tomam parte no governo são virtuosos; ora, em nosso sistema, todos os cidadãos tomam parte no governo. Assim, trata-se de ver como um homem pode tornar-se virtuoso. Sendo possível formar na virtude todos os homens ao mesmo tempo, sem tomar à parte cada cidadão, tal é o melhor partido porque o geral arrasta o particular. (Aristóteles, apud ARANHA e MARTINS, 1992, p.154)

Em *Ética a Nicômano*, Aristóteles afirma que o bem comum é muito mais importante que o individual e aponta três virtudes essenciais para a conquista dessa sabedoria prática: a temperança, a coragem e a justiça, que ajudariam o indivíduo a descobrir o que era eticamente bom para o homem e para a sociedade. Reafirma o filósofo que virtudes éticas são o produto dos hábitos, por sua vez, decisivos para a formação do caráter, o que reforma o crucial papel da educação na formação individual e formação "daqueles bons hábitos imprescindíveis à conduta virtuosa dos cidadãos no interior da polis". (LASTÓRIA, 2003)

Em qualquer situação, duas condições são indispensáveis à vida ética: consciência e responsabilidade. Assim, o sujeito ético ou moral, como define Chauí, só existe a partir de quatro condições: a) ser consciente de si e dos outros como sujeitos éticos iguais a ele, o que representa o ponto inicial do respeito aos diferentes. b) ser dotado de vontade (ter capacidade de controlar desejos, impulsos e tendências); c) ser responsável, assumindo as conseqüências de seus atos; d) ser livre, não estando sob pressão e coação, para decidir e poder autodeterminar-se, a partir de regras internas. (CHAUÍ, 1995, p.337-8). Cria-se assim o pano de fundo para a diferença entre passividade e atividade, no campo ético, considerando-se passivo aquele que se deixa arrastar por circunstâncias e opiniões alheias etc., sem exercer a própria vontade. Ativo ou virtuoso é o que controla seus impulsos e paixões, discute, reflete, avalia sua capacidade de impor regras de conduta a si mesmo, tem consideração pelos outros, responde pelas suas ações e recusa violência contra si ou contra os outros; ou seja, é um ser autônomo. (Chauí, 338). Define-se a essência da vida ética como a busca do bem e da felicidade,

ao mesmo tempo em que coloca a *inseparabilidade entre ética e política*, ou entre a conduta do indivíduo e os valores da sociedade. (CHAUÍ, 1995, p.343)

Assim, na Grécia clássica, com a participação dos cidadãos nos destinos da cidade, desenvolve-se uma nova concepção de poder, opondo democracia à aristocracia e o ideal do cidadão ao do guerreiro, criando uma sociedade tranqüila. Para Aranha e Martins (p.175), “a violência se expande onde não existe cidadania”, o que decorre da utilização de certos poderes que, antes como atualmente, podem ser bem ou mal empregados. Em amplo sentido, todos têm poderes, de produzir, de consumir, de criar, de punir, de comandar, de outorgar. Afirmam ainda as autoras que, uma vez que vivemos em cidades e em sociedades, temos que fugir de três estereótipos: do interesseiro - que acredita que tudo só existe para beneficiá-lo (e aos seus); do imobilista - aquele que nada faz, porque, segundo ele, não haverá qualquer mudança e as coisas são como são; e, finalmente, daquele é fechado em si mesmo e em seu próprio mundinho - que acredita que se ele cumprir suas obrigações familiares tornar-se-á bom cidadão. “Será que o mundo vai além de meu jardim?” (ARANHA e MARTINS, 1992, pg.137).

Por conseguinte, o conceito de Política e de ética vai muito além do que habitualmente compreendido. Hoje, como na época da *polis*, cada homem é cidadão (filho da *polis*), e queira ou não, está envolvido na Política, porque esta permeia todas as atividades humanas, todo o tempo. Assim, antes de qualquer decisão, o indivíduo deveria silenciar e refletir na maior e melhor dimensão do termo: a busca do bem comum, objetivo maior da ética.

A política é a atividade que diz respeito à vida pública. Etimologicamente, *polis*, em grego, significa “cidade”. A política, portanto, é a arte de governar, de gerir os destinos da cidade. O homem político é aquele que atua na vida pública e é investido de poder para imprimir determinado rumo à sociedade, tendo em vista o interesse comum. (ARANHA e MARTINS, 1992, p.138).

Outro mérito da *polis* foi o fato de permitir o crescimento da natureza humana a uma dimensão mais plena, já que o cidadão grego dispunha de ampla variedade de experiências, o que lhe favorecia expandir a área do espírito, obtendo o que era chamado de ‘educação do homem integral’ (*Paidéia*) (MUMFORD, 1982, p.179-185). Assim, a *polis* representara uma escola inigualável para o homem; em vários aspectos, a própria cidade formara e transformara aqueles homens, os filósofos, não só por meio de uma escola ou academia especial, mas através de todas as atividades, de todos os deveres públicos, de todos os pontos de encontro, discussão e trocas. (MUMFORD, 1982, p.188).

...Nunca a vida dos homens das cidades fora tão significativamente e animada, tão variada e compensadora... (...) O trabalho, o lazer, a teoria e a prática, a vida privada e a vida pública, achavam-se em intercurso rítmico, enquanto que a arte, a ginástica, a música, a conversa, a

especulação, a política, o amor, a ventura e mesmo a guerra abriam cada aspecto da existência e o colocavam dentro do âmbito da própria cidade. (MUMFORD, 1982, p.189).

O conceito de *polis* era tão elevado que, Sócrates, no Fedro de Platão, questionava até mesmo o que ele, Sócrates "... poderia aprender da natureza, uma vez que só poderia estudar aquilo que desejava observando o comportamento dos 'homens da cidade.'" (MUMFORD, 1982, p.189) e em Górgias, diz o filósofo: "... aqueles que encheram a cidade de portos, docas, muralhas, lucro e tudo o mais, não deixaram lugar para a justiça e a temperança". (MUMFORD, 1982, p.191).

Utopias! Utopias? Utopias.

O termo utopia, originalmente cunhado pelo humanista inglês Thomas Morus (1477-1535), é visto como uma hipotética sociedade perfeita, embora tenha orientado e siga impulsionando muitos indivíduos a buscarem sonhos, idéias ou sociedades mais justas e igualitárias. Lewis Mumford, em sua enciclopédica obra sobre a história da cidade, ao vincular o surgimento das primeiras aglomerações humanas, a partir de rituais funerários, questiona se a meio caminho entre o que ele chama de *necrópolis* e a *utopia*, será possível a construção de outro tipo de cidade que estimulará o desenvolvimento humano (MUMFORD, 1982, 9).

Afinal, sonhos e utopias formam a mola mestra do caminhar humano. Direcionam, sinalizam e questionam o entendimento do mundo. De vários sonhos, poderá surgir a nova realidade e uma nova cidade, desde que a consciência e a responsabilidade, condições essenciais a uma vida ética, se façam permanentes em cada indivíduo. Embora nunca alcançados de fato, sonhos e utopias orientam os navegadores, mostram caminho, questionam o *status quo* e apontam a direção (BOFF, 2005, vol.I, p.13), ou como disse Milton Santos "o sonho obriga o homem a pensar." A cidade ideal, harmônica e justa depende da construção diária de cada um: não só dos cidadãos-moradores-usuários, mas também dos homens públicos e dos que a constroem com planos, projetos e espaços - os arquitetos e urbanistas. Os espaços e edifícios criados favorecem ou não o surgimento de uma das mais significativas qualidades do indivíduo: o diálogo humano (MUMFORD, 1982, p.133), que ocorre com todos - iguais ou diferentes - favorecendo o crescimento do homem. Por outro lado, tais espaços também colocam o indivíduo frente a frente com o maior drama urbano: o isolamento, a indiferença, o desamor, a violência, a falta de ética, originados pela ausência de diálogo. (MUMFORD, 1982, p.134).

A história mostra momentos alternados dessa falta de diálogo nas cidades. Na Idade Média, Mumford situa o início da decadência das então bem sucedidas chamadas corporações de ofício, as guildas, com o momento em que o lado econômico prevaleceu sobre o social e o educacional, afastando a solidariedade entre seus membros.

(MUMFORD, 1982, p.297). Em 1516, Morus proclama e publica Utopia, ilha imaginária regida por um sistema sociopolítico ideal, retratando a sociedade organizada perfeita: circundadas por cinturões verdes, as cidades possuem belos jardins urbanos e grandes salões, onde são feitas refeições comunais e seriam restabelecidas a partilha e a generosidade; os habitantes trabalhavam apenas seis horas por dia, enquanto o restante era dedicado ao estudo privado, às conferências públicas, ou seja, ao aprendizado e à busca do conhecimento.

No Século XVI e XVII, assim como Platão o fizera, Lutero se afasta da política por considerar má a cidade dos homens. Mais uma vez, de forma equivocada, valores humanos são atribuídos à cidade. Já o Iluminismo, do século XVIII, dá um salto no campo do entendimento da razão, da educação e das cidades. Ao pretenderem mudar a sociedade da época, principalmente a educação, os iluministas, acreditavam que 'homem é produto do meio onde vive, da sociedade e da educação'; traziam de Platão a convicção de que toda virtude provém do conhecimento e propunham a criação de uma comunidade com direitos iguais, onde o papel primordial seria destinado à educação - não só a livresca, mas sobretudo a educação interior -, desenvolvendo a capacidade do homem de pensar por si mesmo, tendo como objetivo maior a busca da felicidade e impulsionando uma ação constante contra a injustiça, a intolerância religiosa e os privilégios na mão de poucos.

A Revolução industrial traz o capitalismo de monopólios, a grande concentração urbana, o êxodo do campo e das áreas rurais; o aumento dos contrastes entre ricos, os sindicatos, o liberalismo democrático e os socialistas utópicos que vislumbravam a cidade do futuro, numa tentativa de concretizar, ou ao menos aproximar-se mais, o sonho da cidade perfeita. Simbolizavam uma fonte de esperança para as mudanças sonhadas e prosseguiram na modernidade, com foco nas inovações tecnológicas e melhoria das condições urbanas. Nomes como P.J.Proudhon, E.Howard, R.Unwin, J.Ruskin, C.Sitte, W.Morris, P.Geddes, B.Fuller, F.L.Wright e Le Corbusier, entre tantos outros, desde sempre, (CHOAY, 1979), fazem parte de seleto grupo de filósofos, sonhadores e urbanistas que alimentaram o sonho de construir a cidade utópica, berço para uma sociedade ideal. Com o tempo, como diz Boff, a utopia firmou-se não como sonho impossível, mas como meta a guiar a marcha humana. (BOFF, 1999, p. 13).

Distante daquela sonhada por Sócrates, Platão e Aristóteles, a cidade atual vê valores como justiça, bem comum, virtude e cidadania na contramão daqueles hoje praticados. A questão ética, portanto não se vincula a uma situação geográfica, esporádica e ocasional, mas pressupõe uma ação cotidiana, firme e permanente, em qualquer lugar, em qualquer tempo, em qualquer situação, por mais prosaica que possa parecer. É a moral autônoma, de Kant (CHAUÍ, 1995).

Exemplos urbanos e cotidianos

Sob uma perspectiva crítica, exemplos de falta de ética - *na* e *para com* a cidade - são diariamente praticados, em uma constatação de que a questão é bem mais profunda e enraizada nos hábitos dos homens do que se supõe.

Crescimento desordenado, violência, trânsito excessivo, precariedade de espaços públicos e construídos, falta de serviços, de áreas verdes e saneamento são algumas das mazelas que afligem o dia-a-dia das cidades contemporâneas. Alguns desses conflitos e confrontos vividos cotidianamente, por milhões de cidadãos, poderiam ser apontados como motivados por uma relação de ausência de valores como solidariedade, compaixão, interesse para o bem comum, verdade e tolerância ativa, por parte de todos os atores envolvidos: empresários, prestadores de serviço, usuários, população em geral e poder público. Delicadeza, cortesia, gentileza não mais parecem fazer parte do cotidiano urbano. Pelo contrário, diariamente verificam-se situações de desrespeito e agressividade, em membros de um mesmo grupo, ou entre grupos mais distantes. Falta de cooperação, de compreensão, de respeito, de solidariedade.

Em relação à ética urbana, cada vez mais, parece ser costume corriqueiro jogar lixo nas vias públicas, em uma atitude que brinda o interesse imediato e mesquinho. Esquece-se o indivíduo das conseqüências de seu ato: o acúmulo de lixo nos ribeirões e na tubulação urbana, provocando entupimento de córregos e canalizações de drenagem, inundações, desespero, dor e doenças; a cidade transforma-se em um grande depósito de lixo, em que o meio ambiente e o outro homem não contam. Esquece-se de que a cidade é sua também, portanto, de sua responsabilidade.

Outra prática comum e considerada 'normal' é a de ocupar o espaço urbano, em especial as calçadas, com mesinhas de bares, restaurantes e cafés, roubando do pedestre o direito de andar pelas mesmas em segurança. Placas comerciais de tamanhos abusivos, muitas vezes, invadindo o espaço aéreo das calçadas, ou até mesmo o leito carroçável das vias, contrariam ou ignoram sumariamente a legislação e as posturas municipais. Tais placas interrompem visuais referenciais do cidadão e roubam deste o direito a uma observação da paisagem urbana composta de visuais, grandes perspectivas, espaços abertos, arquitetura etc.

Desrespeitando o cidadão em todos os seus campos de atuação, estes maus cidadãos, profissionais e empresários da cidade, ao ignorarem normas de segurança, as leis urbanas e os códigos de postura, distanciam-se de uma prática consciente de respeito e de não-apropriação do espaço de todos, de degradação do espaço coletivo, de supressão das visuais urbanas e do direito de outros à segurança e a uma cidade harmônica. Tristemente, faltam, sobretudo, com a verdade porque, no mais das vezes, descumprem as leis de forma voluntária e ignoram, quando não desprezam, a responsabilidade por suas ações.

No trânsito e no tecido urbano, as práticas se repetem: motoristas estacionam mal seus veículos, roubando espaço destinado às vagas de outros veículos; a prática de direção perigosa e agressiva por parte de veículos particulares, de carga e de transporte coletivo; condutores de ônibus que, ao trafegar em excesso de velocidade ou por simples desrespeito ao usuário, ignoram o sinal feito nas paradas de ônibus e seguem seu trajeto; motoristas que destratam indivíduos idosos ou com dificuldade de locomoção, causando apreensão e acidentes, entre tantas outras atitudes observáveis no cotidiano das cidades atuais. A lista é imensa: ações, atitudes, intenções, desígnios e projetos que demonstram o nível de desamor de nossa sociedade e a carência de uma profunda reflexão ética sobre o espaço urbano coletivo e o bem comum.

Com relação aos profissionais do setor diretamente ligado à construção da cidade, sejam eles do poder público ou não, quando da aprovação de quaisquer projetos, muitas vezes, verifica-se que vários artigos do código de obras da cidade são simplesmente 'esquecidos', ou pior ainda, após a aprovação dos projetos, o responsável – seja ele o autor, o construtor ou o proprietário – simplesmente ignora o que foi aprovado e passa a buscar seu próprio interesse: erguer áreas maiores, diminuir recuos, invadir espaço público ou aéreo, abrir vãos na divisa de terrenos lindeiros, além de outras práticas habituais de descaso com o outro e com a cidade. Falta-lhe refletir sobre os efeitos de seus traços, percebendo que o espaço urbano pode ser enriquecido pelo projeto, qualificado pelo intento, harmonizado pelo desígnio. Falta-lhe a noção de que o espaço urbano é responsabilidade e recompensa de todos, indistintamente.

No caso de loteamentos, um dos impasses habituais entre órgãos públicos e o proprietário do empreendimento ocorre na entrega das áreas destinadas ao uso institucional. Com honrosas exceções, o proprietário procura passar ao município os piores lotes, nos piores locais, com maior declividade, onde qualquer tipo de construção seria muito mais onerosa ao poder público, quando não inviável. Ou então, quando ocorrem as honrosas exceções, muitas vezes, o próprio poder público furta-se ao seu dever com a verdade, a responsabilidade e a ética e decide não construir ou ocupar a área que lhe era destinada.

Funcionários em geral, patrões e empregados, professores e alunos, médicos e pacientes, comerciantes e clientes, industriais e operários, banqueiros e bancários, servidores públicos e cidadãos, em geral. Em todos os grupos vários tipos de indivíduos se misturam: alguns fazem o seu melhor sempre; outros, nem sempre e outros nada respeitam, a não ser, seu interesse próprio: não respeitam horários, não cumprem tarefas da melhor forma possível, não agem com o outro/ o espaço/ a cidade como gostaria que agissem consigo. Nos dois sentidos, usam e abusam de atitudes de desrespeito, soberba, má-fé, mentira, corrupção, grosseria, falta de compromisso e de

solidariedade. Ignoram valores éticos e mostram-se inconscientes e alienados, em todas as dimensões do homem.

Tais fatos e atitudes demonstram como a falta de uma reflexão ética, configurada e solidificada no dia-a-dia, leva o indivíduo a praticar atos que passaram a ser banais. Tornou-se 'normal' e corriqueiro banalizar a vida, desrespeitar a norma, aproveitar-se e esquecer o direito do outro. No entanto, o indivíduo jamais esquece de cobrar seus direitos. Afinal, como apelar para direitos, quando o homem esquece-se de seus deveres mais básicos?

Ética na Educação

Há 2500 anos, Pitágoras já sinalizava para a importância da educação dos jovens. O mesmo se deu com Sócrates, ao referir-se à educação para os valores éticos como a verdadeira educação, desde o início da formação escolar. Este interminável processo educativo tem início no lar, continua na escola e deve seguir pela vida profissional, social e de relações do indivíduo. Permanente, exige e confere atitude responsável e comprometida do aprendiz. Deste modo, portanto, em uma escola de futuros arquitetos, cuja função precípua é pensar os espaços individuais e coletivos para o desenvolvimento do homem e sua ação na cidade - na *polis* -, mais do que em qualquer outro lugar, essa ética deve ser aplicada, estudada e desenvolvida. Afinal, se a responsabilidade e a consciência são condições para uma ação ética, por que justamente os aprendizes do campo da arquitetura e urbanismo estariam isentos de uma reflexão e de uma prática ética?

Educação e ética são dois pólos de uma mesma construção: um mundo mais fraterno e mais saudável, para o indivíduo e para a coletividade. Sendo o homem o único animal capaz de fazer promessas, temos no ser humano um possível cumpridor de leis que a si e aos outros - em interação - estabelece. Cumprir tais leis significa seguir a força da vontade autônoma; suspender as paixões até o limite do possível. Significa, também, um continuado exame dessas leis, sujeitas, em alguma medida, a periódicas revisões. A ética, finalmente, é crença e é pacto; é pressuposto e é compromisso; é aprendizado e é experiência; é hábito e é disciplina; é indagação e é convicção; é suficiente e provisória, como a vida. E, sobre essa utopia de uma ética, a um só tempo fraterna e pública. (BOTO, 2001)

Na contemporaneidade, o professor Milton Santos salienta que "quem ensina - quem é professor - não tem ódio" (Santos, 1998); na Grécia antiga, a ética era a preocupação predominante daqueles que Lilian do Valle chama de '*profissionais da educação*': "Tornada atividade social explícita e refletida, a educação se fez instrumento de construção de uma nova *polis* - de realização da obra política, pela formação ética dos futuros cidadãos." (Valle: 2001). *Polis* e educação, portanto, se confundiam:

Os atenienses vão, inclusive, mais longe: a bem da verdade, o grande educador é, antes de tudo, a própria *polis*, a comunidade dos cidadãos que a todos ensina a virtude, ao encarná-la cotidianamente, tornando-a um hábito. A virtude é, pois, práxis comum que não pode ser ensinada com palavras, mas que se aprende através do modelo e da repetição. (...) A principal tarefa da educação é, pois, a formação ética de seus cidadãos, que, numa democracia, supõe a construção, por parte de cada um, das condições a partir das quais ele poderá participar plenamente da vida comum, deliberando e refletindo sobre o que é a felicidade de todos. (Valle, 2001).

O *Programa Federal Ética e Cidadania - Construindo Valores na Escola e na Sociedade*, no âmbito do Ministério da Educação, do governo Federal (2003), tem a proposta de fomentar a construção da ética e da cidadania a partir da escola de ensino fundamental. Parte do pressuposto que cada ação é como uma peça de um jogo de dominó e que ao ser modificada a primeira peça, as demais acabarão por aprimorar a natureza das relações humanas na sociedade. Ao propor o desenvolvimento da ética, desde a educação básica, afirma que aprender a ser cidadão é,

"entre outras coisas aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; é aprender a usar o diálogo, nas mais diferentes situações, e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do País. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos na escola". (LODI, 2003, p. 16).

No espaço urbano, privado ou público, não aprendeu a agir com ética aquele que rouba do outro o direito de ser ouvido, o direito a uma vida digna, o direito de viver em paz, o direito à informação, ao repouso, ao sossego, ao respeito, à segurança, ao livre trânsito; quem finge que o que é público não é de ninguém, que agride a natureza e o meio-ambiente, propriedade e responsabilidade de todas as sociedades. Não tem ética quem usa de meias verdades, para justificar suas ações sob o rótulo de 'normal', simplesmente porque é comum ou porque todos agem daquela forma, sem questionar sua consciência ética e, principalmente, sem colocar-se no lugar do outro. Falta-lhe educar-se para agir em todos os lugares e em todos os graus da vida de relação: na família, na escola, no trabalho, na agremiação religiosa ou cultural, no lazer, na cidade e no País, com coerência, com responsabilidade, interesse e compromisso.

Na coletividade, no espaço urbano, na sociedade, nas instituições e na vida profissional, em vez de lamentar-se, criticar e reclamar, culpando sempre os outros pelo fracasso das instituições e pela violência desmedida, o indivíduo se esquece de sua parcela de responsabilidade nas pequenas infrações e violências cotidianas. Sem essa tomada de consciência, sem essa vontade de mudança, sem uma capacidade de decidir de forma autônoma, não haverá programa, proposta ou atividade que seja capaz de modificar, de fato, a violência de nossas cidades, porque educação pressupõe um

trabalho interior individual dentro de um corpo coletivo; pressupõe treinamento de atitudes, prática constante, disciplina e esforço.

Ser cidadão - ser filho da cidade, como na *polis* grega -, entre outras coisas, é comprometer-se com o todo, com a família, a escola, o bairro, a cidade, o país e o mundo, porque o indivíduo é parte do todo. Pensamentos, palavras, projetos e ações geram efeitos, admita-se ou não. Comprometer-se significa, portanto, tomar partido e admitir a responsabilidade advinda dos próprios atos. Não existe aquiescência gratuita, por função da inércia; existe, sim, indiferença, descaso e falta de coragem para ocupar seu lugar no mundo e agir eticamente. A cidade é, portanto, o cenário ideal para o agir ético do indivíduo, sem inércia, recuos escusos e escapismos, mas colocando em prática pequenas atitudes cotidianas que, de fato, importam e causam modificações sutis, aos poucos, crescendo e impulsionando outras mudanças.

Agir pela ética não garante felicidade, bem-estar ou êxito. Supõe tão-somente a ação reta, condizente com os mandamentos da moral. Vemos, portanto, em Kant, a separação - que não havia em Aristóteles - entre 'ética' e 'vida boa'. Quando o tema é a moralidade, para Kant, não é o resultado da ação que a determina, mas uma lei que transcende a própria vontade do resultado... Ora, sendo a moral universal, não há hipóteses: eu devo ou não devo; e sei exatamente qual deverá ser a escolha, caso minha opção seja ou não pela ética. A opção pela ética pode não resultar no resultado mais feliz, ou mesmo mais justo - em se considerando interesses específicos dos sujeitos da ação; porém a opção pela ética será condizente com dimensões inquestionáveis postas no mandamento/dever da ação reta. (Boto, 2001)

Se a reflexão sobre a ação e a responsabilidade são aspectos que caracterizam a ética, ser ético é fazer a ação reta, ou seja, agir de forma consciente, fazendo o melhor possível, indo muito além de direitos e deveres. Ser ético é ser o mesmo em todas as situações; é fazer o melhor de si sempre, em atitude de reverência pelo outro, pela cidade que o acolheu e pela Vida. É ser consciente de que somos todos interdependentes e que cada ação realizada desencadeia um resultado que afeta o todo, para o bem ou para o mal. Ser ético é responsabilizar-se, portanto, pelo fruto de suas ações, da mínima unidade familiar ao planeta. A ação ética verdadeira não tem destinatário, ela é, por si mesma.

O filósofo Martin Buber (1979) fala dessa interdependência na expressão Eu-Tu, onde o Eu só existe e só se realiza a partir do Tu, da relação com o outro. Daí a importância basilar de colocar-se no lugar do outro, considerando-o como a si mesmo, em cada gesto e traço no ato de projetar e, assim, propiciar a criação de uma nova urbanidade. Nessa nova urbanidade, mais do que em qualquer tempo, os lugares, vistos como pontos de identificação entre o homem e a cidade - e em uma escala maior, entre o homem, o país e o universo - assumirão características próprias dos indivíduos que o criaram, que o habitam e que continuamente o modificam, através de apropriação e da

intervenção nesses espaços, de seus desígnios e projetos. Boas características como o uso cotidiano responsável, a qualidade de vida e de relações interpessoais ali presentes é que irão sedimentar essa sensação de lugar e de pertencimento de cada espaço, permitindo o desenvolvimento integral do homem e da cidade.

Adepto da geografia humana, área que coloca o homem como seu principal objeto de estudo, Milton Santos sempre defendeu um mundo melhor, construído a partir da solidariedade, da não-exclusão e do respeito aos diferentes. Será que precisaremos adicionar novo título à Arquitetura? *Arquitetura Humana*, para que a arquitetura volte a colocar o homem como seu principal objeto de estudo? Como menciona o geógrafo, o fundamental é recolocar o homem como lugar central do planeta, ao utilizar o termo casa coletiva para o território nacional, para permitir o surgimento de "soluções de convivência plenas ou sequiosas de humanidade" (SANTOS, 2001).

Com seu traçado urbano, seus espaços públicos e privados e construções, as cidades falam de valores e crenças de determinada época e sociedade sob a forma de estruturas urbanas, (Mumford, 1982, p.129), resultado concreto das reflexões, escolhas, desígnios e ações de todos, sobretudo do principal profissional da cidade, o arquiteto-urbanista. Como um jogo de dominó, os vários desejos e desígnios dos cidadãos se encadeiam, já a partir do primeiro traço, do primeiro risco, do primeiro momento de pausa e perplexidade que leva à reflexão, porque conforme o próprio edital deste encontro afirma "*o projeto é só a concretização final de um trabalho de reflexão*". Que tipo de cidades deixaremos construídas? Que valores e reflexões estarão embasando nossos desígnios e projetos? Para quem construímos, criamos e projetamos senão para nós mesmos?

A aplicação de uma conduta ética reflexiva em todas as atividades é o caminho. Só então haverá a certeza de que a cidade do futuro será solidária, acolhedora, integradora e frutuosa porque construída por homens-cidadãos, homens de bem que respeitarão os diferentes. Essa nova cidade, justa, harmônica e igualitária começa a ser criada agora, a partir de cada um. De forma gradual, mas firme, com todos agindo dessa maneira, milhares, milhões de indivíduos fazendo a sua parte, ganham não só o homem, mas também a família, o bairro, a cidade, o país, a raça humana. Utopia? Não. Apenas a consciência de onde se quer chegar, tomar uma decisão consciente, comprometida e responsável e empreender um trabalho responsável, persistente e contínuo.

A ética coloca-se onde sempre esteve: a serviço de uma nova urbanidade, e para isso não há ponto de partida. A sabedoria consiste em aprender com os próprios erros e avanços, bem como com os erros dos outros, porém sem disputas e competitividades, apenas tendo em vista uma única meta. O próprio percurso, a forma de prosseguir e o ponto de chegada são, ao mesmo tempo, processo e objetivo, caminho e meta, método e

fim. Isso exige treinamento diário (estudo), reflexão constante (pesquisa) e uma prática integral e comprometida (desígnio).

O resultado será visto na melhoria da saúde integral e qualidade de vida do homem, de sua família, das escolas, ambientes de trabalho, dos espaços públicos, ruas e cidades. Um dia, de tanto repetir-se, essas ações transformam-se em hábito virtuoso, porque a ética, como a virtude, mais que mero conhecimento intelectual, é prática pura e exercício; é decisão (desígnio) e escolha comprometida (projeto). Mais do que em qualquer outro lugar, portanto, ética tem a ver com a cidade, com *ethos* – morada. Assim, o *ethos* do homem é construído, no cotidiano e a cidade, o local onde o homem pode, de fato, começar: no seu dia-a-dia, aplicar uma teoria, aplicar sua ética, crescer e fazer crescer e crescendo, transformar. O cidadão agradece, a cidade agradece, a Vida agradece. Reafirmar utopias e envidar todos os esforços à sua concretização é meta presente e futura de todos, mas principalmente dos que constroem as cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L. Arruda e MARTINS, M.H. Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BENÉVOLO, Leonardo, **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BOFF, L. **Espiritualidade, caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

_____. **Virtudes para um outro Mundo Possível**. Vol. I: **Hospitalidade - direito e Dever de Todos**. Vol. II: **Convivência, respeito e tolerância**. Vol. III: **Comer e beber juntos e viver em paz**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

_____. **Saber Cuidar: Ética do Humano, Compaixão pela Terra**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

BOTO, Carlota. **Ética e educação clássica: virtude e felicidade no justo meio**. *Educ. Soc.*, Oct. 2001. Campinas, v. 22, n. 76, p. 121-146. Acesso 17 Set. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300008&lng=en&nrm=iso>

BUBER, Martim. **Eu e Tu**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

CAPRA, Fritjof. **A teia da Vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 1995.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. Trad. Dafne N. Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DI Marco, Anita R. e ZEIN, Ruth V. **Educação patrimonial: apropriação, manutenção e uso como instrumentos indispensáveis à preservação da arquitetura**. Trabalho apresentado no Arquimemória 3: Encontro Nacional de Arquitetos sobre a Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador, junho 2008

DI Marco, Anita R. e ZEIN, Ruth V. **Sala São Paulo: A Arquitetura da Música**. São Paulo: Altermarket, 2007.

DI MARCO, Anita. **Velhos edifícios, novos usos: restaurando a cidade**. São Paulo: Revista Projeto nº160, jan./fev. 1993, p. 26-9.

DISKIN, Lia. **Vamos ubuntar? Um convite para cultivar a paz**. Brasília: UNESCO, Fundação Vale, Palas Athena: 2008. Acesso 16 Jun 2009. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001785/178540por.pdf>>

ELIAS, Denise: **Milton Santos: A Construção da Geografia Cidadã**. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 Sept. 2002. Disponible em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124g.htm>> (ISSN: 1138-9788. Acesso 17 Dez. 2008).

LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco. **Impasses éticos na educação hoje**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 83, Ago. 2003. Acesso em 28 Maio 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000200006&lng=en&nrm=iso>.

LODI, Lucia Helena, coord. **Programa Ética e Cidadania: Construindo Valores na Escola e na Sociedade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. Disponível em <<http://mecsrv04.mec.gov.br/seif/eticaecidadania/index.html>>

MINAMI, Issao e GUIMARÃES Jr. João L. **A questão da ética e da estética no meio ambiente urbano ou porque todos devemos ser belezuras**. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp094.asp>> .

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas**. Trad. Neil R. da Silva. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SANTOS, Milton. **O lugar e o cotidiano**. Introdução do livro "A Natureza do Espaço", São Paulo: Hucitec, 1996. Acesso Jan. 2009. Disponível em <<http://br.geocities.com/madsonpardo/ms/artigos/msa04.htm>>

_____, Milton. **Elogio da lentidão**. Folha de São Paulo: Caderno MAIS! Seção: + BRASIL 501 D.C. p.14-15. Mar 11, 2001.

_____, Milton. Entrevista publicada na Revista **Caros Amigos**, São Paulo: Ago.1998, N.17. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~imprimat/entrevista/milton-santos.htm>>

VALLE, Lilian do. **Ainda sobre a Formação do Cidadão: É Possível Ensinar a Ética?** Educ.& Sociedade Print ISSN 0101-7330-Educ.Soc. vol.22;n.76, Campinas Out. 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n76/a10v2276.pdf>> Acesso 19Abr. 2009

VIEIRA, Lizt. **Direito, Cidadania, Democracia: Uma Reflexão Crítica**. s/d. Disponível em <<http://www.cidadefutura.com.br/escola/bancodeconhecimentos/lisztvieira.htm>> Acesso 27 Nov. 2008.

ZEIN, Ruth Verde. **O lugar da crítica**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2002.